

## **PARECER JURÍDICO OPINATIVO**

**N.º 14/2025**

**Objeto:** Parecer Jurídico do Projeto de Resolução Plenária n.º 001, de 21 de fevereiro de 2025.

**Autoria:** Mesa Diretora do Poder Legislativo.

**Ementa:** “Altera os valores das diárias constantes no art. 3º da Resolução Plenária nº. 002/2021 inclui o inciso VI e altera redação do parágrafo único do mesmo dispositivo. Inclui o inciso VI ao artigo 4º da Resolução Plenária nº. 002/2021.”

### **I – RELATÓRIO**

Foi recebido por esta assessoria o Projeto de Resolução Plenária nº 001/2025 de autoria da Mesa Diretora do Poder Legislativo, nos termos do art. 136, parágrafo único, do Regimento Interno nº 03/2021 a pedido da Comissão competente, para emissão de orientação técnica jurídica.

O Projeto em análise visa alterar o artigo 3ª e 4º da Resolução Plenária nº 002/2021, devido à necessidade de haver a adequação dos valores dentro da atual realidade econômica.

É o relatório.



## II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Primeiramente é objeto de Projeto de Resolução, a proposição destinada a regular matéria de economia interna e de natureza político-administrativa da Câmara Municipal, de sua exclusiva competência, conforme artigo 123 do Regimento Interno, estando, portanto adequado à proposição apresentada.

Nesse sentido a Lei Orgânica no artigo 44, inciso I, dispõe:

Ar. 44- É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

I - eleger sua Mesa, elaborar seu Regimento Interno e dispor sobre sua organização e política;

Nessa linha o Regimento Interno da Casa Legislativa em seu artigo 2º, inciso VI, estabelece que:

Art. 2º A Câmara Municipal exerce funções precipuamente legislativas e fiscalizadoras, além das funções de assessoramento, de julgamento e administrativa interna, competindo-lhe: (Redação dada pela Resolução Plenária n.º 05, de 2022)

VI- administrar-se institucionalmente, exercendo a gestão de seus serviços internos;

Ainda, o artigo 27, inciso II, alínea “a”, refere que compete a Mesa Diretora apresentar proposição, relativa à Câmara Municipal, sobre organização e funcionamento institucional.

Dessa forma, não se encontra qualquer vício na proposição analisada.

### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando o aspecto jurídico e legal, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, esta Assessoria Jurídica **opina favoravelmente à tramitação do Projeto de Resolução Plenária nº 001/2025** no Plenário da Câmara Municipal.

Ademais, impende salientar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões especializadas, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação legítima do Parlamento. Dessa forma, a **opinião** jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa, formando suas próprias convicções, concordando ou não com as opiniões manifestadas por meio do parecer jurídico.

É o parecer.

Encaminhado à Comissão competente para apreciação do presente.

Boa Vista do Sul (RS), 26 de fevereiro de 2025.

  
Patricia Herberts

Assessora Jurídica

OAB/RS 84.228.